

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EM PERÍCIA E AUDITORIA TRABALHISTA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EM PERÍCIA E AUDITORIA TRABALHISTA

DISCIPLINA: CÁLCULOS TRABALHISTAS
RESUMO
No estudo dos cálculos trabalhistas, seja para liquidação da petição inicial, da sentença ou para folha de pagamento, algumas noções iniciais são imprescindíveis, especialmente porque a concretização do Direito do Trabalho depende, em inúmeros momentos, da correta tradução do direito em valores.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 REPOUSO SEMANAL REMUNERADO ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE HORAS EXTRAS
AULA 2 ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA OUTROS ADICIONAIS FALTAS INJUSTIFICADAS SALÁRIO FAMÍLIA
AULA 3 REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS CÁLCULOS FÉRIAS COLETIVAS CÁLCULO DAS FÉRIAS COLETIVAS
AULA 4 VALOR DA PRIMEIRA PARCELA DO DÉCIMO TERCEIRO VALOR DA SEGUNDA PARCELA DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO EMPREGADOS QUE FORAM ADMITIDOS APÓS 17/01/2016 AJUSTE DA PARCELA VARIÁVEL DO DÉCIMO TERCEIRO
AULA 5 FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) MULTA DA DATA-BASE RESCISÃO POR ACORDO ENTRE AS PARTES PETIÇÃO INICIAL
AULA 6 EXEMPLO DE PETIÇÃO INICIAL CÁLCULOS DA PETIÇÃO INICIAL SENTENÇA TRABALHISTA SEGURO-DESEMPREGO
BIBLIOGRAFIAS
- CASSAR, V. B. Direito do trabalho. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. - GONÇALVES, G. Resumo de cálculos trabalhistas. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009. - OLIVEIRA, A. de. Cálculos trabalhistas. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL
RESUMO
O estudo da Perícia contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de certos atos que à mesma administração se prendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis afim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNDAMENTOS DA PERÍCIA CONTÁBIL
DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA
ASPECTOS PROFISSIONAIS
ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS

AULA 2

NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA
NBC TP 01: PLANEJAMENTO
NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL
NBC PP 01: RESPONSABILIDADES

AULA 3

PERÍCIA ARBITRAL
HONORÁRIOS DO PERITO
JUSTIÇA GRATUITA
MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

QUESITOS
PERITO CONTADOR-ASSISTENTE
PROVA PERICIAL
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

AULA 5

SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL
PARECER TÉCNICO
PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO
ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

AULA 6

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
FRAUDE E ERRO
CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS
PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTA

BIBLIOGRAFIAS

- ANTUNES, J. Parecer pericial divergente sobre lauda pericial contábil incompleto e inconcluso. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4102557/mod_resource/content/1/EAC401%20Aula05%20Metodologia%20Pericia.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.
- BRASIL. Lei 4.983, de 18 de maio de 1966. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 maio 1966.
- _____. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 jan. 1973.

DISCIPLINA:

AUDITORIA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

RESUMO

A auditoria consiste em analisar, de forma global, todas as transações realizadas pela organização. Isso significa dizer que, ao auditor, compete analisar um grupamento de contas contábeis e não um aspecto específico como faz o perito. Isso se deve ao fato de que determinado setor da empresa certamente afetará outros setores correlacionados (Bdo Trevisan, 2007).

A origem da palavra Auditoria vem do latim audire, e significa ouvir. Ferreira (2010) descreve a auditoria como uma “avaliação independente dos processos ou atividades de uma empresa, com o intuito de verificar se estão de acordo com recomendações ou normas predefinidas”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

AUDITAGEM EM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

CONCEITO DE AUDITORIA
PROGRAMA DE AUDITAGEM
PLANEJAMENTO DA AUDITORIA
PROCEDIMENTOS EM AUDITAGEM

AULA 2

ROTEIROS DE AUDITAGEM
ROTEIRO DA SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS
MONTAGEM DE ROTEIROS
ENTREVISTA INICIAL
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITAGEM

AULA 3

METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM PROCEDIMENTOS NA ADMISSÃO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM CONTRATO DE TRABALHO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM RESCISÃO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM CONTROLES DE PONTO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM PROCEDIMENTOS NA FOLHA DE PAGAMENTO

AULA 4

METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM ENCARGOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM SERVIÇOS TEMPORÁRIOS
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM TRABALHO AUTÔNOMO E TRABALHO INTERMITENTE
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM TERCEIRIZAÇÃO

AULA 5

METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM: COOPERATIVAS
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM: MANUTENÇÃO DE ROTINA
METODOLOGIA NAS VERIFICAÇÕES E ANÁLISE EM: SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS E PROVISÕES TRABALHISTAS
AUDITORIA TRABALHISTA E IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

AULA 6

PAPÉIS DE TRABALHO
ELABORAÇÃO E REVISÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO
RELATÓRIO DE AUDITORIA
PLANEJAMENTO DAS CORREÇÕES (CRONOGRAMA DE AÇÕES) E
APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS
CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE EM RELAÇÃO À AUDITORIA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

BIBLIOGRAFIAS

- AUDITORIA Interna. Portal de Contabilidade, 2019. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/manualauditoriainterna.htm>.
- NBC TI 01. Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Interna. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2003.
- PEREZ JUNIOR, J. H. et. al. Auditoria das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 148 p.

DISCIPLINA:

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E EXECUÇÃO TRABALHISTA

RESUMO

Em um Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça é um dos pressupostos basilares para a efetivação dos direitos humanos e fundamentais. Isso porque, nesse modelo de Estado, não basta justificar e contemplar a existência dos direitos humanos e fundamentais,

pois também é necessário prever instrumentos para garanti-los. Nesse contexto, o Poder Judiciário e, conseqüentemente, o processo, são de fundamental importância, não só por garantirem a todos os indivíduos mecanismos para a defesa de seus direitos humanos e fundamentais, mas também atuando no controle de políticas públicas. Com base em tal premissa, nossa aula pretende demonstrar a importância que o processo tem dentro do Estado de Direito, bem como analisar a sua evolução e efetivação no direito do trabalho, tendo como base a construção constitucional do nosso sistema jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO
REFORMA TRABALHISTA
FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
HERMENÊUTICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

AULA 2

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL
PRINCÍPIOS PRÓPRIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
PRINCÍPIO DA DESPERSONIFICAÇÃO DO EMPREGADOR X DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

AULA 3

AÇÃO TRABALHISTA
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES
PROCESSO E PROCEDIMENTO
ATOS, TERMOS E PRAZOS NO PROCESSO DO TRABALHO

AULA 4

AUDIÊNCIA
RESPOSTA DO RÉU
PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO
RAZÕES FINAIS, SENTENÇA E COISA JULGADA

AULA 5

RECURSO ORDINÁRIO
RECURSO DE REVISTA
AGRAVO
OUTROS RECURSOS

AULA 6

IMPUGNAÇÃO OU EMBARGOS DO EXECUTADO
PENHORA
EMBARGOS
ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. Teoria Geral do Processo. 21. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.
- LEITE, C. H. B. Curso de direito processual do trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SCHIAVI, M. A reforma trabalhista e o processo do trabalho: aspectos processuais da Lei n. 13.467/17 2. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DISCIPLINA:

DIREITO PENAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

RESUMO

Há várias formas de ilícitos praticados em decorrência de uma relação de trabalho, e, nos últimos anos, alguns ganharam destaque na mídia, como casos de assédio sexual; trabalhadores de empresas de confecções mantidos em condições análogas às de escravo, e o mesmo ocorrendo com trabalhadores rurais e até mesmo da construção civil. Em comum, estes fatos têm a sua configuração como crime, entretanto, não é qualquer ilícito trabalhista que pode ser denominado crime, sendo o objetivo desta aula realizar um apanhado geral

sobre a necessidade de um Direito Penal do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DEFINIÇÃO DE DIREITO PENAL DO TRABALHO
O ESTADO CONSTITUCIONAL
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS
DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS AO TRABALHO

AULA 2

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM
A EXCLUSÃO SOCIAL DO TRABALHADOR
OS DIREITOS DO TRABALHADOR NA CONVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
DEFINIÇÃO DE CRIME NO BRASIL
SUJEITOS DO CRIME

AULA 3

ITER CRIMINIS E TENTATIVA
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPENDIMENTO POSTERIOR
ILICITUDE
CULPABILIDADE
CAUSAS DIRIMENTES

AULA 4

FATO TÍPICO E TIPICIDADE
O ATO LESIVO DA HONRA E A BOA FAMA DO EMPREGADO
HOMICÍDIO
LESÃO CORPORAL
REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

AULA 5

FURTO
ROUBO E EXTORSÃO
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA
ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO
FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA

AULA 6

PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO
INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA.
SABOTAGEM
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO
CORRUPÇÃO PASSIVA
ABUSO DE AUTORIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BARROS, A. M. de. Proteção à intimidade do empregado. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- FELICIANO, G. G. Refundando o direito penal do trabalho: primeiras aproximações. In: BARACAT, E. M.; FELICIANO, G. G. (Coord.). Direito penal do trabalho: reflexões atuais. São Paulo: LTr, 2014.
- SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DISCIPLINA:

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

RESUMO

A Administração Pública e a Estrutura Burocrática; O Controle Institucional da Administração Pública; Objetivos do Controle Interno; O Conceito da Metodologia de Qualidade do PDCA nos Sistemas de Controle Interno; A Relação e a Interação entre Auditoria e Controladoria; O Controle Exercido pelo Ministério Público e pela Sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BUROCRÁTICA POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL
AULA 2 O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO
AULA 3 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
AULA 4 O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO
AULA 5 A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL
AULA 6 O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA
BIBLIOGRAFIAS
• ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. • CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013. • MAFFEI, J. L. Curso de auditoria. São Paulo: Saraiva, 2015.

DISCIPLINA:
RECURSOS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
RESUMO
O direito processual civil, como ramo do direito que trata da instrumentalização de direitos perante o Poder Judiciário, tem, entre os seus principais temas de estudo, a teoria geral dos recursos. Corolário do direito de acesso à justiça, do duplo grau de jurisdição, da ampla defesa e do contraditório, os recursos são instrumentos de manifestação do inconformismo das partes do processo com decisões judiciais que entendam injustas ou formalmente equivocadas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PRINCIPAIS CONCEITOS O DESRESPEITO AOS PRECEDENTES E A RECLAMAÇÃO ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS IAC

AULA 2

NOTAS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO CONFLITO DE
COMPETÊNCIA

HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À
CARTA ROGATÓRIA

AULA 3

O PROCEDIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)
DA RECLAMAÇÃO

PROCEDIMENTO DA RECLAMAÇÃO

AULA 4

SUCEDÂNEOS RECURSAIS

CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

EFEITOS RECURSAIS

PRINCÍPIOS RECURSAIS

AULA 5

JUÍZO DE MÉRITO

APELAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVO INTERNO

AULA 6

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

AGRAVO E OS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVIM, E. A. Direito processual civil. v. 5. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- MONTENEGRO FILHO, M. Curso de direito processual civil. São Paulo: Atlas Editora, 2014.
- NERY JUNIOR, N.; NERY, R. M. A. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DISCIPLINA:

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

RESUMO

Os direitos trabalhistas se transformaram ao longo dos anos, no mundo e, particularmente, em nosso país, com enormes avanços na legislação, para que a relação entre os sujeitos envolvidos pudesse ser a mais equilibrada possível. A relação de trabalho, especialmente aquela que gera o vínculo empregatício, conhecida como relação de emprego, é baseada em fontes e princípios que a sustentam, e está disposta em nosso ordenamento jurídico, implícita ou explicitamente, seja na Constituição Federal (CF/1988), seja na legislação infraconstitucional, para proteger, genericamente, as relações individual e coletiva de trabalho, particularmente o empregado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FONTES DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

EMPREGADOR

EMPREGADO

RELAÇÕES DE TRABALHO

AULA 2

PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL

PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE SALARIAL
PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO E DA PRIMAZIA DA REALIDADE
PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

AULA 3

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA
CONTRATO DE APRENDIZAGEM
CONTRATO DE ESTÁGIO

AULA 4

HORAS EXTRAS
REMUNERAÇÃO
TIPOS DE SALÁRIO
ADICIONAIS TRABALHISTAS

AULA 5

FÉRIAS
FALTAS
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
ESTABILIDADE PROVISÓRIA

AULA 6

AVISO PRÉVIO
EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1
EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 2
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE TRABALHO

BIBLIOGRAFIAS

- ALCANTARA, S. A. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. Curitiba: InterSaberes, 2020.
- CASSAR, V. B. Direito do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Método, 2019.
- DELGADO, M. G. Curso de Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

DISCIPLINA:

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

RESUMO

A presente disciplina tem a finalidade de abordar conteúdos destinados a ampliar o conhecimento acerca das relações coletivas de trabalho, como conceitos, características, funções e princípios que dão ao direito coletivo do trabalho a base para seu funcionamento. Nesta aula, primeiramente conceituaremos o direito coletivo do trabalho, traçando a diferença entre as relações individuais do trabalho e as relações coletivas do trabalho, para, posteriormente, fazermos a distinção do direito coletivo, em face do direito sindical, a fim de deixarmos claro o objeto do nosso estudo. Posteriormente, analisaremos a função e o conteúdo do direito coletivo do trabalho, com o objetivo de esclarecermos a seriedade dessa disciplina, observando, da mesma forma, os princípios que lhe cabem. Para finalizar, analisaremos o tratamento resguardado ao direito coletivo do trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a finalidade de expandirmos a visão dada a esse ramo do direito do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITO COLETIVO VERSUS DIREITO SINDICAL
FUNÇÃO E CONTEÚDO DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
OIT NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

AULA 2

HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL
SINDICATOS: DEFINIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SUJEITOS
SISTEMAS SINDICAIS: CATEGORIAS

UNICIDADE E PLURALIDADE SINDICAL

AULA 3

CENTRAIS SINDICAIS

FUNÇÕES E PRERROGATIVAS - ENTIDADES SINDICAIS

RECEITAS SINDICAIS

PROTEÇÕES À ATUAÇÃO SINDICAL E GARANTIAS SINDICAIS

AULA 4

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

ETAPAS E PRINCÍPIOS DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

AULA 5

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: CONVENÇÃO E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO

LOCKOUT E GREVE

GREVE: LIMITES E REQUISITOS

AULA 6

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N. 13.467/17

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS

RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO: ASSISTÊNCIA DO SINDICATO

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.
- OIT no Brasil. OIT, [20--]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-aoit/oit-no-brasil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 19 out. 2021.
- REALE, M. Filosofia do direito. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.
- SÜSSEKIND, A. Convenções da OIT. São Paulo: LTr, 1994.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Os conteúdos aprofundados neste estudo trazem uma série de informações importantes para que você tenha uma excelente capacitação técnica em sua nova carreira profissional.

Inicialmente, conheceremos um pouco sobre o Direito, para que assim você adquira uma base de conhecimento para as próximas etapas, em que abordaremos conteúdos como noções de Direito Trabalhista e noções de Direito Tributário, conteúdos essenciais para sua atuação na área da contabilidade.

Nesta etapa, teremos uma noção sobre o Direito, vendo as Fontes do Direito, a hierarquia das Leis, a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, para entendermos como o Ordenamento Jurídico funciona no Brasil. Com isso, você também começará a entender como as leis são aplicadas e como elas conduzirão a área contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

AULA 2

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

AULA 3

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

AULA 4

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

AULA 5

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

AULA 6

VÍDEO 01 AO VÍDEO 04

BIBLIOGRAFIAS

- NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- REALE, M. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SOARES NETO, V. MONTE, G. A. Legislação empresarial, trabalhista e tributária. São Paulo: Érica, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RISCOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

RESUMO

A Construção Histórica do Direito do Trabalho no Brasil; Questões Pré-Contratuais, Contratuais, Salariais e Funcionais; Elaborando e Fechando a Folha de Pagamento; Departamento de Segurança no Trabalho: Histórico e Principais Previsões Legislativas; A Implementação do Esocial, Terceirização de Mão de Obra, Contratação Autônoma e o Contrato de Estágio; A Implementação do Esocial, O Correto Enquadramento Previdenciário e os Fatores de Risco (FAP E RAT).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL
O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL E A REFORMA TRABALHISTA - LEI N. 13.467/2017 - ALTERAÇÕES REDUÇÃO RISCOS À EMPRESA
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO
CONSTRUÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

AULA 2

QUESTÕES PRÉ-CONTRATUAIS, CONTRATUAIS, SALARIAIS E FUNCIONAIS
O CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO: EMPREGADO COM CONTROLE DE JORNADA E EMPREGADO SEM CONTROLE DE JORNADA
ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A VALIDADE DO CARTÃO DE PONTO E TIPOS DE CARTÃO DE PONTO
REGIME DE COMPENSAÇÃO/BANCO DE HORAS E PAGAMENTOS DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

AULA 3

ELABORANDO E FECHANDO A FOLHA DE PAGAMENTO
CONTROLE E ADIMPLEMENTO DE FÉRIAS E O TERÇO CONSTITUCIONAL
ADIMPLEMENTO DO 13º SALÁRIO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS
INSCRIÇÃO AO PAT E CONTROLES DE BENEFÍCIOS COMO VALE-ALIMENTAÇÃO, REFEIÇÃO E CESTA BÁSICA
DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E PREENCHIMENTO DE DOCUMENTOS FORMAIS COMO CAGED E RAIS

AULA 4

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NO TRABALHO: HISTÓRICO E PRINCIPAIS PREVISÕES LEGISLATIVAS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E MEDICINA NO TRABALHO
PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DA CIPA
DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA FISCALIZAÇÃO, MULTAS E PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS
TRABALHADORES EXPOSTOS À PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

AULA 5

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, CONTRATAÇÃO AUTÔNOMA E O CONTRATO DE ESTÁGIO
AUDITORIA DE DOCUMENTOS E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS
CONTRATAÇÃO NA FORMA AUTÔNOMA E CONTRATO DE ESTÁGIO E A LEI N.

11.788/2008

CUIDADOS NA HORA DO DESLIGAMENTO DO EMPREGADO, FINALIZAÇÃO DE CONTRATOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS EM GERAL

AULA 6

O CORRETO ENQUADRAMENTO PREVIDENCIÁRIO E OS FATORES DE RISCO (FAP E RAT)

O DEVER DE TRANSMISSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL
REPASSES E PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTE E DOENÇA DO TRABALHO,
AUXÍLIO MATERNIDADE, SALÁRIO FAMÍLIA

OMISSÃO E A RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASO DE ACIDENTE E DOENÇA DO
TRABALHO – AÇÕES DE REGRESSO

BIBLIOGRAFIAS

DISCIPLINA:

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

RESUMO

Existe um consenso mais ou menos definido na ciência política que prevê que as instituições fazem a diferença no padrão de governo, contudo, esse consenso é por vezes questionado quando a análise se foca nas consequências das estruturas institucionais específicas. Nesse sentido, diversos estudos ilustram a falta de acordo sobre quais resultados são produzidos por cada tipo de instituição (Tsebelis, 1997)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DEFINIÇÃO DE CONFLITO

TIPOS DE CONFLITOS

O VALOR NEGATIVO E POSITIVO DO CONFLITO

ESPIRAL DO CONFLITO

CONFLITOS MEDIÁVEIS E NÃO MEDIÁVEIS

AULA 2

HISTÓRICO SOBRE AS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

SISTEMA MULTIPORTAS

AUTOCOMPOSIÇÃO

CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS AUTOCOMPOSITIVOS

INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE MEDIAÇÃO

AULA 3

CONCEITO

ORIGEM

PREVISÃO LEGAL

PRINCÍPIOS NORTEADORES

AULA 4

COMO ORGANIZAR A REUNIÃO

DECLARAÇÃO DE ABERTURA

REUNIÃO DE INFORMAÇÕES

RESUMO

ORGANIZAÇÃO DOS DEBATES

AULA 5

ALGUMAS FERRAMENTAS PARA PROVOCAR MUDANÇAS

DISTINÇÃO ENTRE POSIÇÃO E INTERESSE

MEDIAÇÃO FAMILIAR

MEDIAÇÃO ESCOLAR

MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

AULA 6

COMPROMISSO ÉTICO DO MEDIADOR

BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO

OBSTÁCULOS QUE DIFICULTAM A TAREFA DO MEDIADOR
CASOS PRÁTICOS DE MEDIAÇÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BONAVIDES, P. Ciência política. 10 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- CARPENA, M. L. Os poderes do juiz no Common Law. Direito e Democracia, v. 10, n. 1, 2009.
- DAHL, R.; LINDBLOM, C. Política, economia e bem-estar social. 8. ed. Rio de Janeiro: Lidaador, 1973.
- FRIEDRICH, C. J.; BRZEZINSKI, Z. K. Totalitarian dictatorship. Cambridge, MA: Harvard UP, 1965.